

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ETSUS -
CEGEPE

PROTOCOLO DE REVISÃO OU DE ELABORAÇÃO DE PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA AS ETSUS

Wanda Yara Monteiro Correia

Belém - PA
2013

Wanda Yara Monteiro Correia

**PROTOCOLO DE REVISÃO OU DE ELABORAÇÃO DE PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA AS ETSUS**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, ETSUS polo Belém - PA, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^a Zídia Rocha Magalhães.

Belém - PA

2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFMG

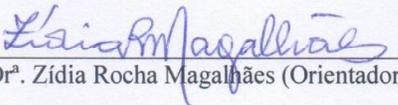
Correia, Wanda Yara Monteiro
PROCOLO DE REVISÃO OU DE ELABORAÇÃO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA AS ETSUS [manuscrito] / Wanda Yara Monteiro Correia. - 2013.
30 p.
Orientador: Zídia Rocha Magalhães.
Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnica do Sistema único de Saúde - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde.
1.Projeto Político Pedagógico. 2.Protocolo. 3.Educação. I.Magalhães, Zídia Rocha . II.Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. III.Título.

Wanda Yara Monteiro Correia

**PROTOCOLO DE REVISÃO OU DE ELABORAÇÃO DE PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA AS ETSUS**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Belém/PA.

BANCA EXAMINADORA:


Prof.^a Dr.^a Zídia Rocha Magalhães (Orientadora)


Prof.^a Raíssa Silva Souza

Data de aprovação: 24 de dezembro de 2013

Macapá - AP
2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois ele é o Provedor, a Força e o Poder, e só com a força vinda D'Ele foi possível chegar até aqui.

Aos meus filhos, que entendem minhas ausências, e sabem que são por boa causa.

Ao meu esposo, que sempre esteve ao meu lado quando mais precisei.

Aos amigos que fiz no decorrer do curso.

Às queridas Márcia e Raissa, que nos acompanharam nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as bênçãos e por todas as vitórias recebidas até aqui.

Aos meus filhos, por serem meus parceiros, mesmo com algumas diferenças.

Ao meu esposo, por que posso olhar para meu lado e vê-lo como um apoio e um escudo.

RESUMO

Para que haja o perfeito funcionamento de um estabelecimento é necessário que exista o mínimo de organização para que não perca seus objetivos e metas, que esteja bem descrita sua proposta de prestação de um bem ou serviço, e isso se aplica para as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS). Para que atinjamos os objetivos, é necessário que seja sistematizado e normatizado o que se deseja realizar, e uma das formas de alcançá-los é (re) criar o Projeto Político Pedagógico, um instrumento de suma importância para o funcionamento da escola, que norteia as ações, guarda o contexto histórico e o local onde está inserida e normatiza as atividades dentro dela. O objetivo deste trabalho é criar um protocolo de referência para a elaboração e revisão dos futuros Projetos Políticos Pedagógicos das ETSUS. Para seu desenvolvimento utilizou-se pesquisa documental e bibliográfica. Foi elaborado um marco teórico por meio de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando os Projetos Político Pedagógico das ETSUS de Roraima, Pará, Amapá e Tocantins. Como principais resultados destacam-se a similaridades das Escolas, com projetos filosóficos que não atendem às necessidades de estudo e gestão. O que se pretende conseguir com a criação deste protocolo é facilitar a elaboração ou revisão dos próximos Projetos, para que atendam os anseios de todos os atores envolvidos nas atividades e que consolidem as ETSUS.

Palavras – chave: Projeto Político Pedagógico, Protocolo, Educação.

ABSTRACT

So there is the perfect functioning of a university, it's necessary of organization to not miss their goals and targets, which are well described his proposal to provide a good or service , and this applies to the SUS Technical Schools (ETSUS). For we reach the goals, it needs to be systematized and standardized what you want to accomplish, and one way to achieve and (re) create the Pedagogical an instrument of paramount importance for the functioning of the school Political Project, which guides the actions saves the historical context and where it operates and regulates the activities within it . The objective of this work is to create a protocol of reference for the preparation and review of future Political Pedagogical Project of SUS Technical Schools. For its development we used documentary and bibliographic research for the understanding of the topic under study. A theoretical framework was developed through literature and documents using the Political Project of Pedagogical Technical School SUS Roraima, Pará, Amapá and Tocantins. As main results we highlight the similarities of Schools with philosophical projects that do not meet the needs of the study and management. What we intend to achieve with the creation of this protocol facilitates the development or revision of upcoming projects that actually meet the aspirations of all stakeholders involved in the activities and to consolidate the SUS Technical Schools.

Keywords - Keywords: Project Political, Protocol, Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 PROBLEMATIZAÇÃO DA SITUAÇÃO	10
2 OBJETIVO	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3 JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO	11
4 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	13
4.1 ESCOLA TÉCNICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, UMA ESCOLA DIFERENTE	13
4.1.1 Conceituação de Educação Profissionalizante	13
4.1.2 Ponto de Partida para a Criação das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde	13
4.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, UM DOCUMENTO INFORMATIVO E NORMATIVO	14
4.2.1 Conceituações e Objetivos do Projeto Político Pedagógico	14
4.2.2 O Projeto Político Pedagógico como instrumento informativo	15
4.2.3 O Projeto Político Pedagógico como instrumento normativo	15
4.2.4 Tópicos importantes de um Projeto Político Pedagógico	16
5 METODOLOGIA	18
6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	20
7 CRONOGRAMA	27
8 ORÇAMENTO	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERENCIAIS	30

INTRODUÇÃO

Quando falamos de projeto, estamos vislumbrando uma organização encadeada das ações que decidimos realizar, de forma estruturada e organizada para que tudo ocorra dentro do esperado. É interessante que organizemos nossas ações para que possamos trabalhar articulados e que os objetivos propostos sejam alcançados.

Da mesma forma que fazemos projetos para nossas vidas, se faz necessário que um Estabelecimento também se organize, para que não fuja de sua meta, de sua proposta de prestação de um bem ou serviço, e o mesmo é salutar para as Escolas Técnicas do SUS, e para que atinjamos os objetivos, é necessário que seja sistematizado e normatizado o que deseja realizar, e uma das formas de alcançar é (re) criar o Projeto Político Pedagógico, um instrumento de suma importância para o funcionamento da escola, que norteia as ações, guarda o contexto histórico e o local onde está inserida e normatiza as atividades dentro dela.

Na realização das atividades propostas pelo curso, em que se fazia necessário realizar consultas no Projeto Político Pedagógico da Escola, percebemos que ele não estava munido de todas as respostas do exercício que nos era proposto, e com o avançar do curso, notamos que pontos importantes como a questão das avaliações pedagógicas, interna e externa, dentre outros pontos.

Sendo instigados e refletindo dentro das propostas do curso, verificou-se que o projeto da Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima é fundamentalmente filosófico (e essa não é uma situação isolada só para a Escola de Roraima) com conceitos que não atendem à realidade da Escola, não normatiza as ações e também não norteia à integralidade as decisões da gestão.

E após inúmeras observações no que tange ao processo de tomada de decisão, e confirmando que o Projeto encontra-se desatualizado e não referencia a realidade atual, este documento simplesmente encontra-se em uma gaveta, sendo utilizado para consultas esporádicas ou para apresentar aos novos servidores como é o Projeto Político Pedagógico da Escola.

Estando ciente da importância estratégica do Projeto político Pedagógico, inúmeras inquietações trouxeram à tona uma grande curiosidade de como seria o Projeto das Escolas do Pará, Amapá e Tocantins, e ao estudá-los, percebemos que são encontradas muitas semelhanças, ou seja, textos longos, filosóficos, pouco práticos e que não respondiam as atividades da mesma forma que o Projeto da Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima.

Essa reflexão nos fez perceber que não existe uma ferramenta que nos oriente passo a passo no processo de elaboração ou revisão do Projeto Político Pedagógico, e o material que se encontra disponível nos leva somente a reflexões, e não como deve e como pode ser elaborado o Projeto.

O objetivo deste trabalho é criar uma ferramenta simples, que explique como deve ser construído um Projeto Político Pedagógico, quais os fatores que devem ser analisados, quem deve estar envolvido, como será feita a mobilização para a construção deste trabalho.

Com tudo isso, buscamos não somente expressar dentro do Projeto a realidade da Escola, mas sim criar um documento que possa ser usado por todos, desde a gestão até os setores operacionais, evitando assim que sejam criados Projetos “para inglês ver”, sendo na realidade a pedra fundamental para as ações das Escolas do SUS.

1 PROBLEMATIZAÇÃO DA SITUAÇÃO

Durante a execução das atividades do curso, foram realizadas inúmeras buscas no Projeto Político Pedagógico da Escola para a resolução das atividades dos Núcleos Temáticos, e a cada novo exercício, onde era solicitado procedimentos e normatizações que devem estar previstos dentro do Projeto, algumas questões como o item de avaliação interna e externa não estavam descritos de forma a atender a resolução da atividade, e também a questão da redundância dos textos, que só confundem, além do que, tudo no que concerne no quesito normatização está descrito de forma filosófica, abrindo precedentes para inúmeras interpretações.

O que podemos perceber durante os estudos dos Projetos Político Pedagógico das Escolas do SUS do Pará, Tocantins e Amapá, além a de Roraima, é que foi feita cópia do Projeto Político Pedagógico de outras instituições, tentando adequar ao que estava ocorrendo naquele momento, e em nenhum momento foram utilizados parâmetros para criar um Projeto Político Pedagógico de acordo com a realidade das Escolas Técnicas do SUS.

Nos dias de hoje, percebemos que não existe nas Escolas Técnicas do SUS um Projeto Político Pedagógico que atenda à realidade do Estabelecimento, pois não instrumentaliza as ações dentro da Escola de acordo com as peculiaridades de cada uma das Escolas.

2 OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL

Criar um protocolo de referência para a elaboração e revisão dos futuros Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas Técnicas do SUS - ETSUS.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Estudar os Projetos Político Pedagógico da ETSUS/RR, ETSUS/TO e ETSUS/PA e ETSUS/AP, visando reconhecer as particularidades de cada uma delas;
- b) Realizar o levantamento teórico metodológico para embasamento da criação de um Projeto Político Pedagógico para Instituições de Educação Profissional Técnica de nível médio da área de saúde;
- c) Propor mudanças para os Projetos Político Pedagógico da ETSUS/RR, adequando à realidade vivida no Estabelecimento;
- d) Criar um protocolo de referência para a elaboração e revisão dos futuros Projetos Políticos Pedagógicos.

3 JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO

Durante a execução das atividades dos Núcleos Temáticos do curso, o Projeto Político Pedagógico foi largamente utilizado para a resolução das mesmas, e muitas vezes não respondia o que estava sendo pedido na atividade, então ficou claro que o Projeto encontrava-se desatualizado, que ele não correspondia ao contexto em que a escola está inserida, que o mesmo está fundamentado essencialmente em bases filosóficas e que ocorria a ausência de normalização para a execução das ações por parte da equipe gestora e dos demais colaboradores da Escola.

Nos encontros presenciais, ao discutir as atividades com as colegas de outros Estados, descobrimos que existem inúmeras semelhanças entre os Projetos das Escolas Técnicas do SUS no Brasil, ou seja, os projetos das Escolas eram construídos embasados em outros que não satisfazem as necessidades de cada Estabelecimento, e como o Projeto Político Pedagógico é necessário para a validação dos cursos perante às Secretarias Estaduais de Educação, muitas vezes ele é feito para atender à esta norma, deixando de lado a verdadeira essência do que são e como funcionam as Escolas Técnicas do SUS.

Mediante todas estas prerrogativas, é necessário que as Escolas Técnicas do SUS possuam um Projeto Político Pedagógico atendam a sua realidade, objetivando valorizar as particularidades de cada uma delas, que o Projeto seja um documento que norteie as atividades desenvolvidas, que conte a verdadeira história de cada Escola, traduzindo a verdadeira essência, afirmando-se como Estabelecimento diferenciado de ensino, com especificidades e diferenciação do seu objetivo maior, que é a capacitação de profissionais que já estão inseridos no SUS.

4 REVISÃO TEÓRICA

4.1 ESCOLA TÉCNICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, UMA ESCOLA DIFERENTE

4.1.1 Conceituação de Educação Profissionalizante

De acordo com a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida popularmente como Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Capítulo III que trata da Educação profissionalizante, no Artigo 40, explica que a educação profissional será desenvolvida em conjunto com o ensino regular, por diferentes estratégias de educação continuada, por estabelecimentos especializados ou no ambiente de trabalho.

O Decreto Federal n. 2.208, de 17 de abril de 2008, que regulamenta o parágrafo 2º do Artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), explica que a Educação profissional tem os seguintes objetivos: (BRASIL, 2001, p. 33)

[...]I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;

II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;

III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalho em seus conhecimentos tecnológicos;

IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

4.1.2 Ponto de Partida para a Criação das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde

As Escolas Técnicas de Saúde do Sistema Único de Saúde foram primeiramente concebidas a partir de uma necessidade de capacitar os trabalhadores que estavam inseridos dentro das Unidades de Saúde, e grande maioria não possuíam a capacitação mínima para exercerem suas atividades, então, em 1999, percebeu-se a importância da criação de espaços educativos dentro da Instituição Saúde. (SÓRIO, 2002).

O perfil dos cursos ofertados não atendia as necessidades da população para a prestação de um bom atendimento na Rede Pública, havia regiões do país que não possuíam Escolas de Saúde, e as que possuíam, em sua maioria, eram particulares. (SÓRIO, 2002).

Mediante todas essas estatísticas, na década de 80 foi criado o Projeto Larga Escala, visando minimizar o problema de baixa qualificação dos trabalhadores de saúde.

No ano de 2000, através da Portaria Ministerial n. 1.298, de 28 de novembro de 2000, foi formalizada a criação da Rede Nacional de Escolas Técnicas do SUS, no intuito de fortalecer e ampliar os espaços educativos dentro da Saúde. (SÓRIO, 2002).

As Escolas Técnicas do SUS hoje são vistas como instrumentos para a formação de quadro de pessoal específico para trabalhar no Sistema Único de Saúde – SUS. A formação acontece obedecendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e através deste contexto as Escolas Técnicas do SUS são abertas, modernas e flexíveis, atendendo as necessidades do trabalho, sempre respeitando os princípios éticos da educação. (SÓRIO, 2002).

As Escolas tem a capacidade de despertar o senso crítico e comunitário no trabalhador que já está inserido no serviço, além do aprimoramento das habilidades e competências deste trabalhador, visando formar cidadãos críticos, autônomos, participantes ativos e possuidores de conhecimentos e habilidades para a melhor prestação de serviços para a saúde. (SÓRIO, 2002).

4.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, UM DOCUMENTO INFORMATIVO E NORMATIVO

4.2.1 Conceituações e Objetivos do Projeto Político Pedagógico

Antes de trabalhar a discussão sobre a instrumentação informativa e normativa, primeiramente será necessário trabalhar a parte conceitual do Projeto.

De acordo com Larousse (1992, p. 845, 881 e 909), projeto quer dizer “1. O que se tem a intenção de fazer; desígnio; intento. 3. Plano, estudo, pesquisa. 4. Desenho, esboço. 5. Redação provisória de lei”. Ele também conceitua político como: “2. Relativo à organização e ao governo de negócios públicos”; e pedagógico como “2. Conforme às regras da pedagogia”.

Baseados nessa conceituação, definimos o Projeto Político Pedagógico de uma Escola como um documento que é um plano que organiza a vida pública de uma Escola utilizando a pedagogia como ferramenta para atingir os objetivos da mesma.

Veiga (2011) define o Projeto Político Pedagógico como um instrumento que diz o que, como, quem e quando deve ser feito para atingir os resultados.

O objetivo principal do Projeto Político Pedagógico para Veiga (2011) é o de nortear o trabalho que a Escola desenvolve, e que ele é a essência e a história dela.

O Projeto Político Pedagógico deve embasar todas as ações da Escola, visando a inovação, a eficiência, eficácia, instrução e normatização de todos aos atos pelos quais a Escola existe, confirmando a importância de se produzir uma educação de excelência, formando profissionais sociais e críticos, além de assegurar a gestão democrática dentro do espaço educativo.

4.2.2 O Projeto Político Pedagógico como instrumento informativo

O Projeto deve ser encarado como um documento informativo, pois nele está detalhada toda a vida da Escola, desde sua constituição, visão, missão, valores. O Projeto serve como marco para que se faça um estudo de como a Escola está trabalhando, o que a Escola produz e como a ela está conduzindo o ensino em seu espaço.

É importante a adesão do Projeto Político Pedagógico nos processos de gestão da Escola, não sendo utilizado como somente um documento normativo, mas também como um documento que referencie a tomada de decisão, que seja utilizado para que todo o corpo funcional da Escola no momento da execução de seus trabalhos diários, que os educandos utilizassem para que pudessem conhecer mais a proposta da Escola, saber qual a finalidade, para que a Escola está ali, ou seja, a que fim ela está destinada.

4.2.3 O Projeto Político Pedagógico como instrumento normativo.

A Lei de Diretrizes e Bases (1996), em seu Artigo 14, onde ao definir as normas de gestão dos Estabelecimentos de Educação Profissionalizante, diz que o ensino deve ser democrático, de acordo com suas peculiaridades, e que deve seguir os princípios de colaboração, onde todos os envolvidos no processo de ensino da Escola, como a gestão, os docentes, os profissionais técnicos – administrativos, os educandos e a comunidade em geral devem participar na elaboração das diretrizes e da pedagogia da Escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, também explica que os Estabelecimentos de Ensino são livres para criarem seus Projetos, desde que seja respeitada a norma estabelecida por ela.

Então partimos do pressuposto de que o Projeto Político Pedagógico é um instrumento normativo, onde são colocadas todas as diretrizes a serem seguidas pela Escola.

Essas diretrizes devem ser claras, que atendam a realidade da Escola, onde todos possam executar todas as atividades propostas pelo Projeto Político Pedagógico.

4.2.4 Tópicos importantes de um Projeto Político Pedagógico

De acordo com Gurgel (2009), o Projeto Político Pedagógico deve conter todas as características que gestores, professores, funcionários, pais e alunos acreditam que seja necessário existir e como deve ser a formação de quem ali estuda.

Gurgel (2009) também explica que se o processo de construção do Projeto for bem estruturado, obviamente irá gerar um processo de mudança dentro da Escola, pois será possível enxergar o foco, delimitar as metas e realmente traçar planos de ação que sejam atingíveis e que este documento realmente sirva como instrumento norteador da gestão.

Gurgel (2009) ainda explica em seu artigo a importância de todos os atores envolvidos no processo da Escola conheçam a realidade da comunidade em que está inserida, perguntando para que o existe o espaço educativo, e conforme a autora, esses pontos devem ficar bem claros para que se possa construir um projeto que realmente atenda às necessidades da Escola.

Após a fixação deste contexto, é necessário olhar três pontos importantes: (GURGEL, 2009).

1 – Estabelecer a proposta curricular, ou seja, como vai ser ensinado, quando, as formas de avaliação do processo de aprendizagem, organização do tempo e do uso da Escola dentre outros;

2 – Qual é a formação dos docentes, visando à viabilização do cumprimento das etapas formativas;

3 – Em que a gestão administrativa irá contribuir para o desenvolvimento das atividades propostas dentro da Escola, como deverá ser conduzido todo o processo.

Veiga (2011, p. 22) enfatiza que é necessário haver pelo menos sete elementos básicos que devem ser apontados na construção de um Projeto Político Pedagógico: “as finalidades da Escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho, a avaliação”.

Veiga (2011) acredita que para uma construção solidificada do Projeto, é necessário que haja a cooperação e colaboração dos atores que estão inseridos na realidade da Escola, e que tudo deve ser decidido no coletivo, com o objetivo de envolver cada ator no processo de organização da Escola.

Descrevendo detalhadamente os pontos importantes para a construção do Projeto conforme colocado por Veiga (2011), podemos assim dizer:

- a) Estrutura organizacional: qual é a estrutura pedagógica, o tipo de gestão praticado, o que se quer e o que é necessário mudar dentro da Escola, como está organizado o organograma, como a Escola funciona internamente, como é a constituição e distribuição do poder e quais os fundamentos regimentais da Escola;
- b) Currículo: como está sendo feita a produção pedagógica da Escola, ocorre processos de reflexão dentro do currículo, o currículo segue alguma ideologia, como está sendo produzido o conhecimento, como o currículo está organizado, o currículo atende as necessidades da comunidade onde está inserida;
- c) O tempo escolar: como está organizado os horários da Escola, a Escola possui um calendário escolar, como são divididos os horários de aula por professor, como estão organizadas as férias escolares, como o calendário está dividido, existe tempos de reuniões técnicas e pedagógicas;
- d) O processo de decisão: como acontece o fluxo de tarefas, como são realizadas as ações educativas, como são tomadas as decisões, como são definidas e alcançadas as metas;
- e) As relações de trabalho: como está o envolvimento dos atores com a Escola, as relações comunitárias estão a contento, existe coletividade, como ocorre a gestão de conflitos e interesses;
- f) A avaliação: como a Escola está organizada para avaliar as ações realizadas e os alunos, como ocorre a avaliação da Escola e do aluno, quem avalia a Escola e o aluno, quando é feita a avaliação da Escola e do aluno, quais são os objetos de avaliação da Escola e do aluno.

5 METODOLOGIA

Nesse capítulo serão detalhados os métodos e técnicas aplicadas para o desenvolvimento desse estudo, de forma que fosse possível alcançar todos os objetivos estabelecidos, onde, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental para compor o marco teórico que deu sustentação ao estudo.

Em relação aos objetivos, por se tratar de uma pesquisa dentro do contexto das ciências humanas, foi aplicada a técnicas de pesquisa exploratória, que de acordo com Gil (2008), este tipo de pesquisa proporciona maior familiaridade com o problema. Este tipo de pesquisa pode envolver um levantamento bibliográfico e/ou entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

O trabalho baseia-se na pesquisa documental e bibliográfica, e Marconi e Lakatos (2010) explicam que a pesquisa documental ocorre através do levantamento dos dados de várias fontes, independentemente da técnica empregada.

A pesquisa bibliográfica, ainda sob a conceituação das autoras, trata do levantamento de toda bibliografia publicada em forma de livros, revistas, publicações, dentre outros.

Marconi e Lakatos (2010, p. 44), relatam que a finalidade da pesquisa bibliográfica é “colocar o pesquisador em contato com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”, e a pesquisa bibliográfica oferece meios para solução não só de problemas já conhecidos, mas também explora várias áreas onde os problemas ainda não estão transparentes.

Na parte bibliográfica, foram buscados de referenciais relacionados à Educação, utilizando a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, as Portarias que normatizam a criação e funcionamento tanto da Educação Profissionalizante quanto a de criação das Escolas Técnicas do SUS e para a construção de Projetos Políticos Pedagógicos, baseamos os estudos pela perspectiva de Veiga, Gurgel, Sousa e Sório.

Mediante a parte conceitual acima, foi feito uma pesquisa documental dos Projetos Políticos Pedagógicos das ETSUS do Pará, Roraima, Amapá e Tocantins para identificação dos pontos em comum dos projetos.

Após a aquisição de todo o arcabouço bibliográfico e documental, serão realizados grupos de discussão para divulgação do conteúdo do Projeto Político Pedagógico da Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima, além de grupos de estudo e construção coletiva

visando a adequação do Projeto Político Pedagógico da Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima, visando no fim, com todo este material, parametrizar os pontos importantes do Projeto Político Pedagógico e divulgação dos resultados obtidos.

Todo este arcabouço visa criar um instrumento para a criação, elaboração, avaliação e execução para a estruturação de um Projeto Político Pedagógico que atenda as demandas das Escolas Técnicas do SUS.

6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Mediante todo o arcabouço teórico adquirido para a construção do protocolo, percebemos que cada Escola Técnica do SUS analisada construiu seu projeto mediante “colas” de projetos já existentes, sendo que em sua totalidade, são fundamentalmente filosóficos e pouco práticos, ou seja, não existe a parametrização das ações internas de cada uma delas. A normalização e normatização dentro dos Projetos são quase inexistentes, e, no caso da Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima, não atende mais a realidade atual da Escola.

Inicialmente, deverá ser trabalhado como ocorrerá o processo de participação, lembrando que deverá ocorrer de forma democrática, com a participação da equipe gestora, da equipe técnica, dos docentes, educando e da comunidade à qual a Escola está inserida.

Logo após a chamada dos atores para participar do processo de construção, será necessário mobilizar todos para que o Projeto seja construído coletivamente, dentro de um processo contínuo que envolve a elaboração, execução, acompanhamento, avaliação e reelaboração caso o projeto ainda não atenda às necessidades.

Para que tudo transcorra de forma colaborativa, e que todos os interesses sejam contemplados dentro do Projeto, é imprescindível a negociação, pois infelizmente um processo como este, de magnitude e responsabilidade colossais, nunca ocorre de forma constante e harmônica, então a negociação é um ponto importante na realização deste trabalho, pois neste jogo existem os interesses, as vaidades e é necessário trabalhar os conflitos dentro do grupo, sendo proativo capitalizar as divergências em prol de um objetivo maior, que é a concretização do Projeto.

O papel da negociação nada mais é permitir o debate, colocação das necessidades e diferenças, resultando num ambiente onde seja possível resolver coletivamente os conflitos e os problemas, unindo mais os atores envolvidos, gerando a cooperação e repartição igualitária de poder e recursos.

Parametrizando os passos, de acordo com o que foi especificado por Veiga (2011), fica conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Propostas de Ação

ORDEM	ÁREA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1	Identidade da Escola	Como e quando foi criada a escola?
		Onde está localizada a Escola?
		Quais os problemas da comunidade onde ela está inserida?
		Como a escola se insere nessa comunidade?
		Como é utilizado seu espaço pela comunidade?
		Que possibilidades a escola percebe nas suas relações com a comunidade?
		Que limitações a escola percebe nas suas relações com a comunidade?
		Qual é a estrutura pedagógica?
		Quem é o educando que frequenta a escola?
		Se estão inseridos ou não no SUS e como é a jornada de trabalho desses educandos?
		Como vem ocorrendo o desempenho destes educandos nos últimos dois anos?
		Como estão os índices de aprovação, reprovação e evasão?
		Qual é o perfil do egresso?
		Quais os cursos que atende?
		Quantas turmas?
		Como são organizadas as turmas?
		Quem são os profissionais que atuam na escola?
		Qual é a qualificação destes profissionais?
		O quantitativo é suficiente para atender as demandas?
		Qual é a qualificação dos docentes?
Como é organizado o organograma da escola?		
Quais as funções de cada setor?		
Como é o tipo de gestão praticado?		
Como a escola é organizada internamente?		
2	Tempo Escolar	Como é organizado o tempo de aula?
		A escola possui um calendário escolar?
		Como o calendário está dividido?
		Como são divididos os horários de aula por docente?
		Como estão organizadas as férias escolares?
Existe tempo de reuniões técnicas e pedagógicas?		
3	Currículo Escolar	Como está sendo feita a produção pedagógica na escola?
		Ocorre processos de reflexão do currículo?
		O currículo segue alguma ideologia?
		Como está sendo produzido o conhecimento?
		Como o currículo está organizado?
		O currículo atende as necessidades da comunidade onde está inserida?
Como é feita a avaliação do conhecimento?		

ORDEM	ÁREA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
		Como é o processo de recuperação do conhecimento?
		Como é feito o aproveitamento do conhecimento?
4	Processo de Decisão	Como acontece o fluxo de tarefas?
		Como são realizadas as ações educativas?
		Como são tomadas as decisões?
		Como são definidas e alcançadas as metas?
		Como está o envolvimento dos atores com a Escola?
5	Relações de Trabalho	As relações comunitárias estão a contento, existe coletividade?
		Como ocorre a gestão de conflitos e interesses?
		Como a Escola está organizada para avaliar as ações realizadas e os educandos?
6	Avaliação Interna e Externa	Como ocorre a avaliação da Escola e do educando?
		Quem avalia a Escola e o educandos?
		Quando é feita a avaliação da Escola e do educando?
		Quais são os objetos de avaliação da Escola e do educando?

Feito todo este levantamento, conforme Vasconcellos (2002), Machado e Silva (1998), podemos estruturar basicamente o Projeto Político Pedagógico da seguinte forma:

- a) Marco Referencial: trabalha com a finalidade (Como a sociedade se apresenta? Que aspectos precisam ser transformados? O que se espera da escola hoje? Que profissional queremos formar? Com quais conceitos de educação, ensino, aprendizagem e avaliação desejamos trabalhar?);
- b) Diagnóstico: trabalha com a realidade (características da comunidade, quem a escola atende, a escola na visão da comunidade, características da gestão, organização escolar, relacionamento interpessoal dentro da escola, características do trabalho pedagógico, resultados da aprendizagem, instrumentos de avaliação utilizados). O diagnóstico deve ser descritivo e analítico, identificando as necessidades de mudanças, respondendo: o que falta para ser o que desejamos;
- c) Programação: trabalha o projeto (mediação do desejo coletivo, definição do que e como vai ser realizado, superação de problemas detectados). A periodicidade de execução dessas atividades poderá ser anual, bienal ou de acordo com a necessidade definida pelo grupo.

Para ficar mais clara a organização, Machado e Silva (1998) nos ajuda a visualizar o projeto da seguinte forma:

- **Introdução**

Apresentação do Projeto. Comentários sucintos sobre os objetivos de sua elaboração, circunstâncias em que foi elaborado, ideias centrais, relevância etc.

- **Diagnóstico**

Contexto da escola

Ambiente social, cultural e físico: a comunidade em que a escola está inserida - características da população, costumes, lazer, grupos comunitários, lideranças comunitárias, associações, clubes, igrejas, acesso a meios de comunicação, localização física da escola – características do bairro, ruas, praças, espaços de lazer, equipamentos comunitários, instituições educativas, meios de acesso, sistema de transporte, situação das residências, saneamento, serviços de saúde, comércio.

Situação socioeconômica e educacional da comunidade: ocupações principais, níveis de renda, condições de trabalho, acesso a bens de consumo, principais setores de atividade econômica, perfil profissional dos educandos, acesso aos serviços de saúde e de assistência social, condições de habitação, etc. População atendida pela escola: nível de instrução dos pais e irmãos, qualificação profissional, hábitos alimentares e de higiene, lazer etc.

Caracterização da escola (identidade)

Histórico da escola: fundação, denominação, lideranças históricas, vínculos com egressos, participação na comunidade.

Situação física da escola: condições da edificação, dimensões, dependências, espaços para atividades pedagógicas e de lazer, biblioteca, estado de conservação, instalações hidráulicas e sanitárias, paisagismo, conforto ambiental (iluminação, ventilação, etc.); adequação de salas de aula.

Recursos humanos e materiais: quantitativos do corpo docente, educandos, administrativo e de apoio; vínculos funcionais; distribuição de funções e tarefas; nível de formação inicial e acesso à formação continuada (qualificação). Características dos educandos. Condições de trabalho e estudo dos docentes na escola. Condições de trabalho dos servidores da escola. Direitos e deveres. Recursos materiais disponíveis e sua adequação: móveis, equipamentos, material didático.

Gestão da escola: forma de provimento da direção; estilo de gestão; conselho escolar; gerenciamento de recursos materiais e financeiros: política adotada para o atendimento da demanda (oferta de vagas); funcionamento de biblioteca; funcionamento da secretaria; sistema de coleta e registro de dados.

Organização da escola e do ensino: estatuto, regimento, planos e projetos existentes; distribuição e ocupação do tempo e dos espaços pedagógicos; constituição de turmas; número de turmas; períodos ou turnos de funcionamento; existência de classes de aceleração; sistema de recuperação; distribuição do tempo escolar; condições de atendimento a portadores de necessidades especiais; condições de atendimento a jovens e adultos.

Relações entre a escola e a comunidade: formas de participação da comunidade educativa (autoridades locais, associações de moradores, clubes de mães); parcerias com entidades, órgãos públicos e empresas; parcerias com organizações da sociedade civil; relacionamento com outras escolas; utilização dos espaços da escola pela comunidade; trabalho voluntário; participação dos educandos; relações da escola com o órgão gestor da educação.

Currículo: Verificar como a escola vem trabalhando: o atendimento à base nacional comum; como está posta a parte diversificada; forma de composição curricular; definição de conteúdos curriculares; interdisciplinaridade (integração de disciplinas) e transversalidade (definição de temas transversais); distribuição do tempo pelos componentes curriculares; orientação didática adotada; atividades didáticas integradas; adequação dos materiais da biblioteca ao currículo; materiais didáticos adotados: escolha e adequação; parâmetros de avaliação adotados; instrumentos de avaliação.

Resultados educacionais

Desempenho escolar dos educandos: aprovação, reprovação e evasão. Medidas que estão sendo tomadas para a melhoria do desempenho dos educandos.

Desempenho global da escola: avaliação do desempenho global da escola: índices alcançados em relação a outras escolas do município e do estado. Dados do censo escolar. Medidas que estão sendo tomadas em relação a problemas. Relações institucionais e com a comunidade atendida.

Convivência na escola

Relações interpessoais na escola. Formas de tratamento de questões de violência externa, interna; indisciplina.

- **Definição das bases do projeto político pedagógico ou proposta pedagógica**

Diretrizes

Tendo em vista os resultados do diagnóstico, definição dos compromissos gerais a serem assumidos pelo coletivo da escola. Concretização da Política Educacional do Sistema no âmbito da unidade escolar, tendo em vista o atendimento de suas características particulares, quanto a gestão (aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos) e ação docente e atividades de apoio.

Fundamentos

Concepções, conceitos e princípios que fundamentarão o trabalho da escola: conceito de educação, papel da educação, papel da escola pública, concepção de aprendizagem, concepção de avaliação, perfil do cidadão a ser formado etc.

Dispositivos legais

Dispositivos legais e normativos a serem considerados e o que eles determinam em relação à educação escolar. Ver: Constituição federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9934/96), Plano Nacional de Educação, Plano estadual de Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais, disposições do CNE, e do CEE e do CME, regimento da escola.

Currículo

Concepção de currículo a ser trabalhada. Objetivos gerais e específicos a atingir base comum. Definição da parte diversificada. Definição da forma de composição curricular. Definição de conteúdos curriculares e sua distribuição no tempo. Definição da orientação pedagógica a ser adotada. Definição de parâmetros, critérios e formas de avaliação da aprendizagem. Definição de critérios para elaboração, escolha e uso de material didático. Definição de espaços pedagógicos interdisciplinares e temas transversais. Aspectos ou áreas prioritárias no que diz respeito à aprendizagem.

- **Plano de atividades**

Prioridades

Considerar os problemas mais urgentes ou mais graves detectados no diagnóstico, em relação a: contexto da escola, características da escola, resultados educacionais e convivência na escola.

Objetivos

Definir objetivos gerais e específicos em relação aos problemas definidos, quanto a: contexto da escola, características da escola, resultados educacionais e convivência na escola.

Metas

Para cada objetivo específico, definir metas. Metas são desdobramentos dos objetivos que indicam os resultados esperados em termos quantitativos e em determinados prazos.

Previsão e provisão de recursos

Definir a necessidade de recursos para o alcance de objetivos ou metas.

- **Implementação**

Acompanhamento e assistência à execução

Prever o modo pelo qual a equipe de direção da escola deverá acompanhar a execução do Plano, bem como o trabalho dos docentes, apoiando-os nas dificuldades que surgirem, provendo os recursos necessários, etc. Poderão ser previstas reuniões periódicas para discussão do andamento do projeto.

Avaliação

O projeto deve ser objeto de avaliação contínua para permitir o atendimento de situações imprevistas, correção de desvios e ajustes das atividades propostas. Podem ser previstos momentos de avaliação (semestral, anual, bianual), com participação de toda a comunidade escolar.

Após a organização de todos os pontos de acordo com Veiga (2009), será feita a parametrização dos pontos importantes do Projeto Político Pedagógico e divulgação dos resultados obtidos e, caso as demais Escolas Técnicas do SUS tenham interesse, utilizem para a revisão de seus projetos.

8 ORÇAMENTO

O material que será utilizado será papel do tipo A4, canetas, lápis, borracha, papel 40g, marcador permanente azul, preto e vermelho, salas de aula, editores de texto e planilhas.

Todos estes recursos já estão disponíveis na Escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho é criar um instrumento que norteie de forma simples e resumida os pontos importantes para a construção de um Projeto Político Pedagógico que atenda às especificidades das Escolas Técnicas do SUS.

Podemos considerar audaciosa e talvez até destemida, pois confessamos que para elaborar este trabalho foram necessárias muitas leituras, sendo que não existe nada específico que possa direcionar para a realidade das Escolas Técnicas do SUS.

Esperamos que este passo a passo possa fazer as Escolas Técnicas do SUS repensarem o modelo de construção de seus Projetos, valorizando seu contexto, imprimindo na história do ambiente onde ela está inserida por que e para que foi criada.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aildil Jesus da Silva; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Pratices Hall, 2007.

BRASIL. LEI N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5. ed. Brasília: Biblioteca da Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Unidade de Coordenação de Programas. Programa de Expansão da Educação Profissional. **Educação Profissional, Legislação Básica**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/LegisBasica.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GURGEL, Thais. 8 questões essenciais sobre projeto político pedagógico. *Revista Nova Escola*. Edição Especial Planejamento. nº 24. 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/questoes-essenciais-projeto-pedagogico-427805.shtml>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

LAROUSSE. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

MACHADO, L. M.; SILVA, C. S. B. da. **Nova LDB**. Trajetória para cidadania? São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. 7. ed. 5. reimpres. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUSA, Andreza Cerqueira Oliveira; REIS, Marizângela Sousa; NUNES, Klívia de Cássia Silva. **Projeto Político Pedagógico em Construção**. Tocantins: Universidade Federal do Tocantins. S.d. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/uft/file.php/1/moddata/.../ANDREZA_-_final.do>. Acesso em 23 mar. 2013.

SÓRIO, Rita Elisabeth da Rocha. **Educação Profissional em Saúde no Brasil**: a proposta das Escolas Técnicas de Saúde do Sistema Único de Saúde – Relato de Experiência. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0203/pdfs/IS23\(2\)048.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0203/pdfs/IS23(2)048.pdf)>. Acesso em: 23 de mar. de 2013.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento**: projeto de ensino aprendizagem e político – pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alancastro (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção possível**. 29 ed. São Paulo: Papirus, 2011.